



**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025**

Ratifico o presente Termo de Referência. Providencie abertura do procedimento consoante trâmites legais.

Aracaju/SE, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**JOSÉ LEÓ DE CARVALHO NETO**  
Defensor Público-Geral

**1. DO OBJETO**

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada no serviço laboratorial de exame de DNA dos tipos Trio, Duo, Espólio e Exumação, conforme especificações detalhadas contidas Instrumento.

1.2 A contratação será realizada mediante licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço, conforme condições previstas neste Termo, na Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 (outras normas afins).



1.3 As propostas e os lances deverão ser encaminhados com o valor total dos serviços contidos em cada item.

**1.4 TABELA DO OBJETO – Contratação de Empresa Especializada nos Serviços de DNA.**

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	EXAME DE DNA TIPO TRIO	Unidade	350	R\$ 288,23	R\$ 100.880,50
VALOR TOTAL MÁXIMO DO ITEM 1					R\$ 100.880,50
ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
02	EXAME DE DNA TIPO DUO	Unidade	80	R\$ 290,85	R\$ 23.268,00
VALOR TOTAL MÁXIMO DO ITEM 2					R\$ 23.268,00
ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
03	EXAME DE DNA DO TIPO ESPÓLIO – RECONSTITUIÇÃO GENÉTICA	Unidade	3	R\$ 2.433,33	R\$ 7.300,00
VALOR TOTAL MÁXIMO DO ITEM 3					R\$ 7.300,00
ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
04	EXAME DE DNA DO TIPO ESPÓLIO – IRMÃOS	Unidade	3	R\$ 2.300,00	R\$ 6.900,00
VALOR TOTAL MÁXIMO DO ITEM 4					R\$ 6.900,00
ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
05	EXAME DE DNA DO TIPO EXUMAÇÃO	Unidade	1	R\$ 5.948,14	R\$ 5.948,14
VALOR MÁXIMO DO ITEM 5					R\$ 5.948,14
VALOR GLOBAL ANUAL					R\$ 144.296,64

1.5 Os serviços do presente objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme o artigo 20 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 603/2024.

1.6 A licitante deverá fazer constar na proposta comercial as especificações de forma clara, descrevendo detalhadamente as características técnicas.

1.7 A proposta final do licitante vencedor deverá expressar detalhadamente em planilhas a composição de todos os custos unitários dos serviços.



1.8 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de assinatura do presente contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133 de 2021.

1.9 O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que seu caráter é de necessidade permanente, nessas situações, findado o contrato, haverá sua substituição por um novo, e assim sucessivamente, pois a necessidade em si é constante.

1.10 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**1.11 Importante informar que os custos com o transporte dos funcionários da contratada ao local do serviço, suas respectivas refeições, equipamentos, materiais e outros itens ficarão a cargo da empresa contratada.**

## **2. DAS JUSTIFICATIVAS E OBJETIVOS DA CONTRATAÇÃO**

2.1 O direito de família, tal como outros diversos ramos do direito, segue em constante evolução, sendo relevante informar que as transformações sociais são peça chave da citada evolução. Com base nisso, questões envolvendo investigação e reconhecimento de paternidade/maternidade vem ganhando mais alcance, aumentando assim a demanda social por tais procedimentos.

2.2 Por esta razão a Defensoria Pública do Estado de Sergipe, instituição responsável pela assistência jurídica integral e gratuita às pessoas carentes, implantou, desde 2012, o Programa “Ser Pai é Legal”, comprometida socialmente com a causa tem viabilizado a realização de exames na modalidade tipos Trio, Duo, Espólio e Exumação para investigação e reconhecimento de paternidade/maternidade de forma plena e gratuita aos cidadãos hipossuficientes, visto que posterior a realização do exame, também é feita a regularização de que assuntos como Guarda, Direito de Convivência e Pensão Alimentícia.

2.3 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.4 Deste modo, diante da crescente procura dos serviços de exames de DNA por parte dos assistidos, torna-se necessária a contratação de empresa especializada em exames de DNA dos tipos Trio, Duo, Espólio e Exumação para que a Defensoria Pública continue exercendo o seu compromisso perante a sociedade.

## **3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**



- 3.1 Encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, deixando claro ser um serviço contínuo sem fornecimento de mão de obra exclusiva.
- 3.2 Baseando-se no Estudo Técnico Preliminar, a contratação de empresa especializada em exames de DNA é tida como a forma ideal para atender à Defensoria Pública de Sergipe.
- 3.3 Para o fiel cumprimento da necessidade no citado órgão pleiteia-se 350 exames do tipo Trio, 80 exames do tipo Duo, 3 exames de DNA tipo espólio – reconstituição genético, 3 Exames de DNA do tipo espólio – irmãos e 1 exame de DNA do tipo Exumação, cujo prazo de vigência é de 12 (dose) meses renovável caso necessário.
- 3.4 Continuando, é fundamental para dar andamento ao projeto “Ser pai é legal” que se proceda a uma nova contratação do mesmo objeto, cujo fito é o reconhecimento de filiação nas ações de paternidade prestadas por esta Instituição.
- 3.5 Nesta diretriz, deverão ser incluídos equipamentos e os materiais necessários para atender aos serviços de:
- 3.5.1 DNA – DUO: exames realizados através de 2 (duas) pessoas envolvidas (suposto pai e filho / suposta mãe e filho).
- 3.5.2 DNA – TRIO: exames realizados através de 3 (três) pessoas envolvidas (suposto pai e filho, mãe e filho), sendo utilizados para ambos os tipos o material biológico sangue e saliva.
- 3.5.3 DNA – Reconstituição/Reconstrução Genética (Exame de Espólio): é uma análise de DNA indireta, cujo exame não compara o DNA do filho com o do pai falecido, e sim o do filho com o dos irmãos do suposto pai ou dos parentes mais próximos.
- 3.5.4 DNA – Exumação: é um ato legal que requer autorização judicial, especialmente para casos como investigação de paternidade. A coleta é feita diretamente do cadáver no local do sepultamento, ou o material pode ser levado para o laboratório.
- 3.6 Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013.
- 3.7 Frisa-se que a prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e o órgão contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.





#### **4. DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS**

##### **4.1 Da coleta e identificação das partes**

4.1.1 As partes devem apresentar junto ao laboratório que realizar a coleta do material biológico documento hábil que comprove suas respectivas identidades.

4.1.2 No ato da coleta o responsável pela mesma deve preencher documento que contemple no mínimo as seguintes informações:

4.1.2.1 Identificação dos periciados: nome completo; endereço e telefone de contato; documento de identidade com fotografia ou declaração de nascido vivo ou certidão de nascimento, no caso de crianças, que não possuam documentos de identidade com fotografia; data, local de nascimento e sexo; declaração de existência ou não de parentesco entre a Mãe e o Suposto Pai, ou da possibilidade de que alguma outra pessoa, parente do Suposto Pai, possa ser o efetivo pai biológico do filho em questão.

4.1.2.2 Identificação do laboratório e/ou responsável pela coleta: Nome completo do responsável pela coleta, documento profissional ou identidade; endereço, telefone e local de coleta; o responsável ou o executor da coleta deve ser isento de suspeição ou dos impedimentos prescritos no Código de Processo Civil.

4.1.2.3 Suplementarmente aos atos de coleta deverão ser adotados os seguintes procedimentos: O responsável pela coleta deve fornecer aos periciados documento que comprove seu comparecimento ao local da coleta com data e hora.

4.1.3 A coleta do material biológico deve ser realizada na presença das partes. Caso contrário, é obrigatório que as partes preencham uma declaração autorizando a realização da coleta em locais separados.

4.1.4 Em todos os procedimentos de coleta deverá ser lavrada expressa autorização das partes fornecedoras dos materiais, ou de seus representantes legais, para utilização específica dessas amostras para o exame de vínculo genético.

4.1.5 A contratada deverá usar o método de raspagem de células da mucosa oral, conhecido como coleta de saliva (swab bucal), ou coleta de sangue em papel-filtro para obtenção de material biológico (DNA) para envio de análise, consoante previsão no Estudo Técnico Preliminar.



4.1.6 Nos casos em que os investigados tenham realizado transfusão de sangue há poucos dias ou nos transplantados de medula, a coleta deverá obrigatoriamente ocorrer mediante células da mucosa oral, o swab bucal.

4.1.7 A coleta do material biológico deve ser realizada na presença das partes, exceto nos casos especificados a seguir, com as providências necessárias à garantia da integridade do exame.

4.1.7.1 Nos casos de pessoas em unidades de privação de liberdade, socioeducativas ou entidades de acolhimento, a coleta do material genético da pessoa em uma dessas situações deve ocorrer onde se encontrem; a da(s) outra(s) parte(s) envolvida(s) no exame deve ocorrer no posto de coleta indicado pela contratada.

4.1.7.2 Nos casos de existência de decisão judicial que impeça a aproximação entre a(s) parte(s) envolvida(s) no exame e/ou seu(s) representante(s) legal(is) ou guardião(ões) responsável(eis) pelo comparecimento do(a)s periciando(a)s, a coleta deve ser realizada separadamente, convocando-se as partes para comparecimento em períodos (manhã e tarde) ou dias diversos, vedado o fornecimento de informações sobre se a(s) outra(s) parte(s) já a realizou.

#### **4.1.8 No caso do exame de exumação:**

4.1.8.1 O exame de investigação de vínculo genético e identificação humana pela análise do DNA e investigação de paternidade envolvendo amostras biológicas de sangue do suposto filho(a), acompanhado de sua genitora, e elementos ósseos provenientes de exumação cadavérica do suposto pai falecido.

4.1.8.2 As informações relacionadas ao cemitério no qual o corpo se encontra, dados e contatos da requerente, serão disponibilizados para a contratada.

4.1.8.3 A contratada deverá fazer uso de todo o aparato técnico necessário para consecução do objeto dessa contratação.

4.1.8.4 É de responsabilidade da contratada, de posse da autorização judicial, proceder com todas as iniciativas e medidas junto aos cemitérios, e demais entidades públicas ou privadas para proceder com a coleta do material necessário para realização do exame.

#### **4.2 Laudo pericial**

4.2.1 Os laudos periciais devem contar com os seguintes dados:

4.2.1.1 Os nomes das partes envolvidas no procedimento.



- 4.2.1.2 Dados gerais da coleta e do coletor, número do procedimento administrativo.
- 4.2.1.3 Metodologia adotada, que deverá estar descrito no laudo ou nele mencionada.
- 4.2.1.4 Tabelas de frequências alélicas.
- 4.2.1.5 Descrição dos marcadores/sondas utilizadas, genótipos detectados, frequências utilizadas, indicando-as ou suas fontes, fórmulas de cálculo empregadas ou suas fontes.
- 4.2.1.6 Índices de paternidade/maternidade obtidos por loco e o índice de paternidade/maternidade acumulado, assim como a probabilidade de paternidade/maternidade.
- 4.2.1.7 Conclusão e referências bibliográficas.
- 4.2.1.8 Data da expedição do laudo.
- 4.2.1.9 Indicação do profissional responsável pela emissão do laudo definitivo e a respectiva assinatura, com registro no conselho de classe.
- 4.2.2 Os laudos deverão apresentar probabilidade de paternidade ou maternidade acumulado acima de 99% nos exames do Trio e Duo, bem como nos exames de espólio e exumação.

#### **4.3 Das amostras biológicas**

- 4.3.1 As amostras devem ser identificadas com nome das partes, de maneira legível, independente do tipo de material biológico coletado e datado.
- 4.3.2 O Laboratório que realizar o exame deve manter a cadeia de custódia iniciada a partir da coleta, devidamente documentada.

#### **4.4 Do armazenamento de amostras biológicas e documentação**

- 4.4.1 Deverão ser armazenadas as amostras biológicas de sangue e/ou saliva por, no mínimo, 05 (cinco) anos.
- 4.4.2 O laudo técnico final deve ser mantido em sigilo, garantido o acesso destas informações à Defensoria Pública do Estado de Sergipe.

#### **4.5 Dos relatórios**





4.5.1 Deverá ser apresentado relatório mensal contendo a relação dos casos que aguardam coleta com as informações pertinentes (data do agendamento, possível desistência, cancelamento, reagendamento, dentre outros).

4.5.2 Deverá ser apresentado relatório mensal com a descrição dos exames realizados, assim como quantidade, data, e valores, bem como demais informações que se fizerem pertinentes.

4.5.3 O relatório mensal será parte integrante da documentação comprobatória para liberação do pagamento.

## **5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1 Este item apresenta os requisitos técnicos, ambientais, sociais e financeiros mínimos exigidos para a adequada execução dos serviços e fornecimentos. Esses requisitos visam assegurar a qualidade da prestação, o alinhamento com os valores institucionais da Defensoria Pública de Sergipe e a conformidade com as normas legais e administrativas.

### **5.2 Requisitos operacionais mínimos:**

5.2.1 A empresa contratada deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos gerais:

5.2.1.1 Ser legalmente constituída como laboratório de análises clínicas, genética forense ou correlato, com autorização da ANVISA, registro no Conselho Regional de Biomedicina ou Biologia e responsável técnico habilitado.

5.2.1.2 Possuir capacidade técnica comprovada para realização de exames de DNA com a análise de no mínimo 15 locus.

5.2.1.3 Possuir laboratório próprio, atendendo integralmente aos requisitos técnicos, legais e sanitários exigidos para extração e análise de DNA humano, inclusive em amostras degradadas oriundas de exumação cadavérica, assumindo a empresa contratada total responsabilidade pela integridade do processo.

5.2.1.4 Garantir a logística reversa das amostras, incluindo a rastreabilidade, integridade da cadeia de custódia e segurança do transporte.

5.2.1.5 Fornecer kits de coleta padronizados, com identificação dos participantes, lacre inviolável, código rastreável e instruções de uso.





5.2.1.6 O painel mínimo exigido será de 15 marcadores STR autossômicos e, conforme o sexo do(a) investigante, 12 STR-X (sexo feminino) ou 12 STR-Y (sexo masculino), sendo indicado nos itens quando não será aplicada essa regra.

5.2.1.7 Garantir entrega dos laudos periciais no prazo de até 30 dias úteis para Trio/Duo e até 50 dias úteis para espólio e exumação.

### **5.3 Requisitos de Sustentabilidade Ambiental:**

5.3.1 A empresa deverá adotar, sempre que possível:

5.3.1.1 Utilização de kits de coleta compostos por materiais recicláveis ou biodegradáveis, sempre que tecnicamente viável.

5.3.1.2 Acondicionamento e transporte de amostras biológicas em conformidade com a Resolução da ANVISA RDC nº 20/2014 e demais normas ambientais e sanitárias aplicáveis.

5.3.1.3 Descarte dos resíduos de coleta, reagentes e materiais biológicos será de responsabilidade exclusiva da empresa, devendo esta cumprir a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e apresentar, quando solicitado, comprovação do destino ambientalmente adequado.

5.3.1.4 Disponibilizar, preferencialmente, os laudos por meio de sistema eletrônico, de forma digital, para não utilizar papel e impressão, bem como, diminuir o consumo de combustível no deslocamento.

### **5.4 Requisitos de Sustentabilidade Social:**

5.4.1 A prestadora de serviços deverá observar critérios de responsabilidade social, como:

5.4.1.1 Assegurar que todos os serviços prestados respeitem a dignidade da pessoa humana, com atendimento respeitoso, não discriminatório, acolhedor e especialmente orientado ao público vulnerável (crianças, adolescentes, idosos e mulheres em situação de risco).

5.4.1.2 A contratação exigirá que a empresa vencedora não empregue trabalhadores menores de 18 anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres, exceto na condição de aprendiz a partir dos 14 anos, em conformidade com o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1988.

### **5.5 Requisitos de Sustentabilidade Financeira:**



5.5.1 A empresa deverá buscar, sempre que possível:

5.5.1.1 A proposta comercial deve observar os princípios da economicidade e vantajosidade da Administração Pública, sendo compatível com os preços praticados no mercado.

5.5.1.2 A contratação sob demanda, por meio de contrato administrativo, evita o desperdício de recursos públicos, ao permitir a prestação dos serviços conforme real necessidade da Defensoria Pública do Estado de Sergipe.

5.5.1.3 A execução sob demanda permite distribuição racional dos recursos orçamentários, respeitando a dotação disponível em cada exercício financeiro.

## **6. DA JUSTIFICATIVA PELO NÃO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

6.1. O parcelamento da contratação justifica-se por ser tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

## **7. DA SUBCONTRATAÇÃO**

7.1. É vedada a subcontratação total do objeto contratual, bem como dos serviços principais, ou seja, os considerados para efeito de atestação da capacidade técnico operacional e técnico profissional como relevantes.

7.2. Caso haja a necessidade de subcontratação, pelas peculiaridades do objeto, esta poderá ser parcial, desde que a sua necessidade seja justificada e os serviços não sejam aqueles considerados principais para a execução do objeto.

7.3. O pedido de subcontratação parcial deverá ser submetido à análise e aprovação formal da Defensoria Pública do Estado de Sergipe.

## **8. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **9. DA GARANTIA CONTRATUAL**



9.1 Dadas as particularidades e natureza do fornecimento do serviço envolvido, não haverá exigência de garantia contratual, conforme previsto no artigo 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **10. DAS CONDIÇÕES GERAIS DOS SERVIÇOS**

10.1 Os serviços poderão ser solicitados logo após a formalização do presente contrato, mediante a emissão de ordens de serviço, conforme demanda apresentada pela instituição contratante e observando a forma de coleta prevista neste Termo de Referência.

10.2 **As quantidades previstas pela Administração são estimativas, de modo que o contrato será executado sob demanda,** definidas em função de consumo e utilização provável, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.3 É condição de execução dos serviços que a contratada possua as licenças, autorizações e/ou alvarás necessários à prestação do objeto contratual.

10.4 **Tendo em vista que a Defensoria Pública do Estado participa de vários eventos durante todo o ano, sejam os promovidos pela DPE/SE ou mesmo em coparticipação com outros órgãos, os serviços poderão ser realizados em diferentes cidades dentro do Estado de Sergipe a cada evento, logo, os serviços deverão abranger todo o território do Estado de Sergipe.**

10.5 **A contratada será responsável e deverá arcar com os custos do transporte dos seus funcionários, suas respectivas alimentações, equipamentos e materiais para a cidade em que será realizado o serviço.**

## **11. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

11.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

11.1.1. O início da execução do objeto: a partir da ordem de serviço que ocorre após o agendamento entre contratante e contratada.

### **11.1.2. Execução em dias comuns:**

11.1.2.1. A coleta do material será realizada em laboratórios devidamente credenciados e capacitados da contratada, ficando a contratante responsável pelo envio dos envolvidos para a realização da coleta, mediante agendamento prévio em comum acordo entre as partes do contrato,





podendo inclusive ocorrer no domicílio das partes envolvidas que não possam se locomover até o posto de coleta.

11.1.2.2. A identificação das partes dar-se-á através de apresentação no laboratório da contratada, no momento da realização da coleta, de documento contendo identificação pessoal das mesmas, conforme solicitados.

### **11.1.3. Execução nas Ações Sociais e nos Mutirões:**

11.1.3.1. As coletas também poderão ocorrer durante as Ações Sociais e os Mutirões realizados pela Defensoria Pública, que poderão ser em qualquer cidade do Estado de Sergipe, conforme a agenda do órgão.

11.1.3.2. Previamente será agendado com a empresa vencedora a disponibilização de profissionais qualificados para a coleta de material biológico, que deverão estar devidamente identificados pela mesma através de crachás, por exemplo, que poderá ocorrer em local indicado pela contratante, podendo inclusive tais coletas ocorrer em finais de semana e feriados.

## **12. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DA ENTREGA DO RESULTADO**

12.1. Os serviços do vencedor do processo licitatório além de serem prestados no município de Aracaju, capital do Estado de Sergipe, também serão prestados nas cidades que irão ocorrer eventos da Defensoria Pública de Sergipe, podendo ser qualquer município do Estado que venham ocorrer ações sociais, mutirões, até mesmo eventos em coparticipação com outros órgãos.

12.2. A prestação de serviços nos postos de coleta será na capital do Estado e nas demais cidades de Sergipe onde ocorrerão os eventos da Defensoria, que contará com o serviço de DNA para a população vulnerável interessada nos mesmos.

12.3. Os locais serão informados e agendados previamente com a contratada, sendo que excepcionalmente poderão ocorrer mutirões aos finais de semana.

12.4. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades e qualidades necessárias, promovendo sua substituição quando preciso for:



**12.4.1 Os custos com o deslocamento do material, equipamento, funcionários habilitados, alimentação dos funcionários e demais encargos referentes à realização do serviço ficarão a cargo da contratada.**

**12.5. Cronograma de realização dos serviços:**

12.5.1. Será agendada uma primeira sessão na Central de Mediação e Conciliação, na qual os envolvidos serão acolhidos e orientados acerca dos procedimentos. Em seguida, serão encaminhados para realizar a coleta do material genético junto à contratada.

12.5.1.1. O agendamento poderá ser realizado presencialmente junto à Central de Mediação e Conciliação ou por meio de contato telefônico. Agendada a sessão, o atendimento será realizado diretamente na Central de Mediação e Conciliação, situada na Avenida Ministro Geraldo Barreto Sobral, nº 1436 – Bairro Jardins, Aracaju, Sergipe.

12.5.2. Após a coleta a Defensoria Pública de Sergipe munido do resultado lacrado fará contato com os envolvidos por telefone ou WhatsApp para agendar a sessão de abertura do documento, que só será realizada na presença de todos os interessados.

12.5.3. Na sessão de abertura, caso o resultado seja positivo, será confeccionado o ofício para o cartório para a inclusão do nome e sobrenome do pai no registro da criança. Negativo o resultado, os envolvidos serão orientados acerca da relevância de se buscar a paternidade na criança.

**12.5.4. Requisitos para participação:**

12.5.4.1. Criança, adolescente (devidamente representados) ou adulto, que não tenha o nome do pai na certidão de nascimento.

12.5.4.2. Pessoas com renda inferior a 03 salários mínimos e que se enquadre na condição de hipossuficiente, conforme Resolução nº 009/2014.

**12.5.5. Será necessária a seguinte documentação:**

12.5.5.1. RG, CPF e Comprovante de residência de todos os envolvidos;

12.5.5.2. Certidão de nascimento (só com o nome da mãe) ou DNV – Declaração de Nascido Vivo.

12.6. A contratada, conforme prazo estabelecido no item 5.2.1.7, após coleta, deverá entregar o resultado do exame na Defensoria Pública de Sergipe – Central de Atendimento Defensora



Diva Costa Lima, localizado à Avenida Ministro Geraldo Barreto Sobral, nº 1436, Bairro Jardins, Aracaju – SE, CEP 49055-210.

12.7. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades e qualidades necessárias, promovendo sua substituição quando preciso for:

12.7.1. Os custos com o deslocamento do material, equipamento, funcionários habilitados, alimentação dos funcionários e demais encargos referentes à realização do serviço ficarão a cargo da contratada.

### **13. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

13.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

13.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se uso de mensagem eletrônica para esse fim.

13.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

13.5. Após a assinatura do Contrato ou Instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **13.6. Do Preposto**

13.6.1. Havendo necessidade, a contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da execução do contrato, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.





13.6.2. A contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período contratual.

13.6.3. A contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a contratada designará outro para o exercício da atividade.

### **13.7. Da Fiscalização do Contrato**

13.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

13.7.2. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

13.7.3. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

13.7.4. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

13.7.5. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

13.7.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

13.7.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

13.7.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.



13.7.9. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

### **13.8. Do Gestor do Contrato**

13.8.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

13.8.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

13.8.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

13.8.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

13.8.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

13.8.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

13.9. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **14. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **14.1. Do Recebimento**



14.1.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias úteis, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

14.1.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no mesmo dia, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

14.1.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, a contar da realização do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

14.1.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

14.1.5 No caso de controvérsia sobre a execução do serviço, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

14.1.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do serviço ou de saneamento da Nota Fiscal ou de Instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

14.1.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos serviços nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **14.2 Da Liquidação**

14.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

14.2.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:





- 14.2.2.1 O prazo de validade;
- 14.2.2.2 A data da emissão;
- 14.2.2.3 Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 14.2.2.4 O período respectivo de execução do contrato;
- 14.2.2.5 O valor a pagar; e
- 14.2.2.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 14.2.3 Se houver erro na Nota Fiscal/Fatura, ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, a contratante comunicará o fato à contratada abrindo prazo para que a mesma regularize a documentação, sem deixar de efetuar proporcionalmente os pagamentos contratualmente aventados em favor da contratada que se encontre impedida de apresentar a prova de regularidade, sem prejuízo da aplicação de outras sanções contratuais e legais cabíveis.
- 14.2.4 A Nota Fiscal ou Instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade, conforme descrição da documentação do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021 e outros documentos necessários.
- 14.2.5 A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 14.2.6 Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 14.2.7 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



14.2.8 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

14.2.9 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

### **14.3 Do Prazo de Pagamento**

14.3.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

14.3.2 No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação de índice.

### **14.4 Da Forma de Pagamento**

14.4.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

14.4.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.4.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.4.3.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

## **15. DO ACRÉSCIMO E DA SUPRESSÃO**

15.1 A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do artigo 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **16. DO REAJUSTE**



16.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, até a data do efetivo adimplemento da obrigação.

16.2. Considerar-se-á com data do orçamento estimado a fixada na tabela de valor de referência final, devidamente ratificada pelo servidor competente, onde constará o valor final estimado de todos os orçamentos coletados.

16.3. Após o interregno de 1 (um) ano, os preços serão reajustados, mediante a aplicação do índice previsto em contrato, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.4. Nos ajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

16.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

16.8. Na ausência de previsão legal quando ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.9. O reajuste será realizado por simples apostila.

## **17. DO RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

17.1. O restabelecimento do reequilíbrio econômico-financeiro em sentido estrito pode ser concedido a qualquer tempo, independentemente de previsão contratual, desde que verificados os requisitos do art. 124, II, “d” da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 137 do Decreto Estadual nº 342/2023.

17.2. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.





17.3. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumento ou diminua os encargos da contratada, da Defensoria Pública do Estado de Sergipe deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

## **18. DA CESSÃO**

18.1. Fica vedado a qualquer das partes, sem a expressa anuência da outra, transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos neste Termo.

## **19. DA HABILITAÇÃO E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **19.1 Das Exigências de Habilitação**

19.1.1 A documentação necessária exigida para a habilitação estará disciplinada no Edital.

### **19.2 Da Forma de Fornecimento**

19.2.1 O fornecimento do objeto será sob demanda, de acordo com a necessidade da Defensoria Pública do Estado de Sergipe nas ações, mutirões e coparticipações com outros órgãos.

## **20. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

20.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos.

20.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

20.3. Notificar a contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

20.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada.

20.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do serviço para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o artigo 143 da Lei n. 14.133, de 2021.

20.6. Efetuar o pagamento à contratada do valor correspondente ao serviço, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência.



20.7. Aplicar à contratada sanções previstas na lei, no contrato e neste Termo.

20.8. A Defensoria Pública do Estado de Sergipe não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

21.1. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

21.2. Manter preposto aceito pela Defensoria Pública do Estado de Sergipe no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

21.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

21.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior.

21.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Termo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo alimentação, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

21.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

21.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, o valor correspondente aos danos sofridos.

21.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.



21.8. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

21.9. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do serviço durante a vigência do contrato.

21.10. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

21.11. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações.

21.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

21.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação da licitação

21.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

21.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

**21.16. A contratada e os seus funcionários deverão observar em todos os seus aspectos a Lei 13.709 de 2018, referente à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como a política interna de proteção de dados da Defensoria Pública do Estado de Sergipe.**

21.16.1. A Lei Geral de Proteção de Dados será obedecida, em todos os seus termos, pela contratada, obrigando-se ela a tratar os dados da contratante e dos seus usuários que forem eventualmente coletados, conforme sua necessidade ou obrigatoriedade consoante o art. 7º, da LGPD.

21.16.2. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), alusiva a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.





21.16.3. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificam seu acesso, de acordo com a boa-fé e com os princípios estampados no art. 6º da LGPD.

21.16.4. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

21.16.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houve necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

21.16.6. É dever da contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

21.16.7. O contratante deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

21.16.8. O contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

21.16.9. A contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

21.16.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

21.16.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

21.16.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

21.16.12. Os contratos e convênios de que trata o §1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional de proteção de dados.



21.16.13. Conforme prevê a Lei Geral de Proteção de Dados, obriga-se a contratada a executar os seus trabalhos e tratar os dados da contratante respeitando os princípios da finalidade, adequação transparência, livre acesso, segurança, prevenção e não discriminação conforme o art. 6º, da LGPD.

21.16.14. A contratada obriga-se a garantir a confidencialidade dos dados coletados da contratante por meio de uma política interna de privacidade, a fim de respeitar, por si, seus funcionários e seus prepostos, o objetivo do presente termo, de acordo com o art. 50, da LGPD.

21.16.15. Eventuais dados coletados pela contratada serão arquivados pela mesma somente pelo tempo necessário para a execução dos serviços contratados. Ao seu fim, os dados coletados serão permanentemente eliminados, excetuando-se os que se enquadrarem no disposto do art. 16, I da Lei Geral de Proteção de Dados.

21.16.16. A contratada deverá obedecer à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, de forma a cumprir sua finalidade, que é regular o tratamento de dados pessoais, nos meios digitais ou físicos, realizado por pessoas naturais ou pessoas jurídicas, de direito público ou privado.

21.16.17. Às partes são assegurados o sigilo e a segurança de dados pessoais e dados pessoais sensíveis, conforme artigos 3º, 5º, I e II, 7º, 11, 14 e 46 e seguintes da Lei 13.709 de 2018.

21.16.18. Havendo violação do alusivo item anterior, poderão incidir as responsabilizações, ressarcimentos e sanções, consentâneo aos artigos 42 e seguintes, 52, 53 e 54 da Lei 13.709 de 2018.

21.17. Prestar assessoramento técnico e científico à Defensoria Pública do Estado de Sergipe, em matérias que versem sobre a investigação de vínculo por análise de DNA, nos processos em que a atuação da contratada seja necessária e/ou solicitada, inclusive no que diz respeito à emissão de pareceres.

## **22. DA ESTIMATIVA DO PREÇO**

22.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 144.296,64 (cento e quarenta e quatro mil, duzentos e noventa e seis reais e sessenta e quatro centavos) consentâneo ao documento emitido pelo setor competente da Defensoria Pública do Estado de Sergipe.

22.2. A estimativa levou em consideração os impactos orçamentários advindos da pesquisa de preços realizada pelo setor responsável pela cotação.

## **23. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**



23.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento de contratante deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PROGRAMA DE TRABALHO	PROJETO / ATIVIDADE/ DENOMINAÇÃO	COMPLEMENTO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE DE RECURSO	ELEMENTO DE DESPESA
28.101	03.122.0041	1020	.0000	1500000000	33.90.39

23.2. A classificação orçamentário descrita neste Termo de Referência foi estabelecida conforme orientação do setor competente da Defensoria Pública de Sergipe.

#### **24. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVA**

24.1 As sanções estarão disciplinadas no Edital.

Aracaju, 10 de fevereiro de 2026.

**EMERSON SANTOS DE GOIS**

**Coordenador**